

Nem estatização nem privatização. Na capital da República, governo e iniciativa privada chegaram a um meio-termo que vem agradando a todos e prepara Brasília para o século XXI. "A palavra de ordem é parceria", resume com clareza o governador Cristovam Buarque, destacando que isso significa manter o patrimônio sob controle estatal, mas lucrando com a sua exploração pelos vários segmentos privados.

O casamento, aparentemente, está feliz. Vencidas as desconfinanças, os empresários locais se mostraram parceiros dispostos a participar dos projetos do governo petista. O que Buarque pretende é simplesmente redesenhar o perfil de Brasília, que deixaria de ser apenas centro de decisões nacionais e cidade de funcionários públicos para ganhar vida econômica independente. Afinal, as projeções indicam que no ano 2020 a população local vai chegar a 3 milhões de habitantes e não dá mais para contar com os cofres federais.

"Washington, que tem 200 anos, ainda tem 45% do orçamento bancado pelo governo federal. Brasília, que tem 30, só tem 55% das despesas pagas pela União. Estamos muito na frente e vamos avançar ainda mais", garante Buarque. O projeto estratégico de desenvolvimento do Distrito Federal é ambicioso. No ano passado o DF atraiu investimentos da ordem de R\$ 300 milhões, antes da aprovação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico (PADES). "Com os incentivos, esperamos pelo menos R\$ 1 bilhão este ano", diz o secretário de Indústria e Comércio, Antônio Rebello.

O futuro da economia de Brasília, idealizado por empresários e governantes, mescla desenvolvimento de alta tecnologia e ocupação de mão-de-obra pouco qualificada. É a combinação exata de velhas artes, novas tecnolo-



Governo quer vida econômica independente para a cidade. Setor privado é chamado a cooperar. A palavra de ordem é parceria. O futuro sonhado por empresários e governantes mescla desenvolvimento de alta tecnologia e ocupação de mão-de-obra

por Raul Pilati e Lauro Rutkowski*
de Brasília

gias, incentivos governamentais e muito marketing, para vencer a concorrência com os estados vizinhos. Essa política mix deve ser capaz de inserir os pequenos agricultores, industriais e comerciantes no mundo globalizado, estimulando, ao mesmo tempo, a instalação das grandes corporações no Distrito Federal. E de dar emprego e garantir renda para pessoas de baixo, médio e alto nível educacional. Essa necessi-

dade de criação de postos de trabalho é urgente: projeções da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) indicam que pessoas da faixa etária compreendida entre 10 e 17 representarão 19% da população do DF no ano 2000, o que exige a criação de pelo menos 262.832 novos empregos até lá.

"O Distrito Federal tem várias vocações e diversas alternativas de desenvolvimento. Nenhuma

delas deve ser desconsiderada", diz Rebello. "O problema é que nenhum governante até agora havia se preocupado em escapar do binômio funcionalismo público e construção civil, os dois setores que originalmente impulsionaram o crescimento da capital."

A idéia de Rebello de atrair investimentos para a área de alta tecnologia é compartilhada pelos empresários, segundo o presidente da Federação das Indústrias do

Distrito Federal (Fibra), Lourival Novaes Dantas. A estratégia de futuro para o DF está no documento "Plano de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal". O plano elegeu cinco setores estratégicos: industrialização de alta tecnologia, turismo, produção de inteligência, industrialização tradicional e agroindústrias. Rebello, Dantas e outros governantes e empresários apostam especialmente na idéia

de transformar Brasília em uma metrópole tecnológica, uma "tecnópolis". O sonho é ambicioso: transformar a capital da República em uma mistura candanga de Atlanta, Montpelier e Shenze. O primeiro passo para essa metamorfose já foi dado, com a criação da Zona Especial de Industrialização de Alta Tecnologia (ZAT 1), uma área localizada entre a Universidade de Brasília e Sobradinho.

Isonções de IPTU e ITBI, alíquotas reduzidas de ICMS e ISS e concessões de terrenos públicos são os principais incentivos oferecidos às empresas de ponta. "A nossa grande vantagem é a imensa quantidade de terras públicas, que podem ser parceladas e concedidas por trinta anos, renováveis por mais trinta", diz Rebello. "Nenhuma outra unidade da Federação tem tanto estoque de terras tão bem localizadas, nas vizinhanças de um porto seco e nas imediações de um aeroporto que é o terceiro maior do País", afirma o secretário. Dos 5.783 quilômetros quadrados do DF, 60% são constituídos de terras públicas.

O mercado consumidor de informática do Distrito Federal também é promissor e poderá, numa primeira fase da "tecnópolis", absorver boa parte dos bens e serviços produzidos pelas novas empresas. De acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Informática do DF (Sinfor), a capital é o segundo maior mercado de uso doméstico do País, com 20 mil máquinas em uso. "O número de micros no DF cresce em média 15% ao ano", afirma o presidente do Sinfor, Eduardo Castilho. De acordo com ele, existem 625 empresas de informática no DF (metade delas no segmento de hardware e a outra metade no de software), que movimentam algo em torno de US\$ 300 milhões/ano.

* Especial para a Gazeta Mercantil

Aumenta o desemprego

Industrialização da cidade seria a solução do problema

por Ricardo Allan Medeiros
de Brasília

A capital federal, onde são formuladas as políticas de estímulo ao emprego em nível nacional, tem o maior índice de desemprego do País, batendo em 15,7% da População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com a última Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Seade-Dieese, feita em janeiro, o percentual corresponde a 125,2 mil desempregados. A série histórica mostra um aumento de 11,52% no número de desempregados de janeiro de 1995 a janeiro deste ano.

"É um título triste, que ganha maior impacto por ser na casa do governo federal. Brasília foi estruturada para ser apenas hospedeira do poder, sem ter vida econômica própria", diz o secretário de Trabalho do Distrito Federal (DF), Pedro Celso. O presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Lourival Dantas, acredita que a aprovação da reforma administrativa e a possível demissão de funcionários públicos vão agravar ainda mais o problema. "A única maneira de reduzir o desemprego aqui é industrializar a cidade, dando mais incentivos ao investimento", diz.

Na composição do índice atual do PED, 9,5% são de desemprego aberto, equivalente àqueles que não trabalham há 30 dias, 3,3% de desemprego oculto precário, que corresponde aos que procuraram emprego nos 30 dias anteriores mas realizaram pequenos serviços irregulares nos sete dias prévios. Os restantes 2,9% são de desemprego oculto por desalento, que mede a situação dos que desistiram temporariamente de procurar, mas se dizem necessitados de emprego.

De janeiro de 1995 a janeiro deste ano, a PEA cresceu 3,94%, passando de 769 mil pessoas para 799,3 mil, enquanto o número de ocupados cresceu apenas 2,07%, de 660,4 mil pessoas para 674,1 mil. No mesmo período, o número de desempregados passou de 108,6 mil pessoas para 125,2 mil.

Desde 1992, o menor índice de desemprego verificado foi em outubro de 1994, quando chegou a 13,2%. Segundo Pedro Celso, o aumento das

vagas se deu por causa das contratações do período pré-eleitoral, que aqueceram o mercado de trabalho. No contingente de trabalho de 674,1 mil empregados hoje, 228 mil estão no setor privado, 205,1 mil no funcionalismo público, 76,7 mil no emprego doméstico e 107,6 mil no serviço autônomo.

Nestes dois anos, o ritmo do crescimento do mercado informal superou em muito a velocidade de aumento do número de ocupados. Houve um aumento de 7,6% no emprego informal, enquanto o total de ocupados cresceu apenas 2,1%. Os empregados informais eram, em janeiro de 1995, 222 mil pessoas, ou 33,5% do total dos ocupados. Na última pesquisa, foram encontrados 239 mil pessoas nesse estado, ou 35,5% dos ocupados.

"A condução da política econômica pelo governo federal é uma das grandes responsáveis por esse cenário. As altas taxas de juro, mais do que inibir o investimento privado, provocam pedidos de falências e concordatas", diz Pedro Celso. Segundo ele, a falta de reajuste do funcionalismo público afe-

ta o faturamento das empresas brasileiras, que acabam por demitir.

Apesar dos problemas, o secretário espera a criação de 30 mil novas vagas na cidade nos próximos cinco anos. Um dos principais critérios para concessão de incentivos fiscais no âmbito do Plano de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Pades) é o número de empregos criados. Ele aponta a tecnologia e o turismo como os setores mais promissores.

A secretaria criou o BRB Trabalho, que financia, com recursos do Banco Regional de Brasília (BRB), pequenos negócios, estimulando o auto-emprego. A linha já financiou 1,9 mil empreendimentos, num investimento de R\$ 2,7 milhões. O Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação a operar o Programa de Geração e Renda (Proger), do Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e gestão do Banco do Brasil. Já foram financiados R\$ 12 milhões, em 900 negócios, com a criação de 3 mil empregos. ■

Queda no comércio

por Ricardo Allan Medeiros
de Brasília

A decisão do governo federal de não reajustar os salários do funcionalismo público provocou um grave efeito colateral para a atividade econômica de Brasília. Segundo o presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio), Sérgio Koffes, nos últimos dois anos houve uma queda acumulada de 23% nas vendas, provocada principalmente pela perda do poder de compra dos servidores.

De acordo com dados da Fecomércio, no início do governo Fernando Henrique Cardoso, o funcionalismo era responsável por cerca de 40% do poder de compra total da cidade e hoje responde por apenas 30%. Projeções indicam

que o congelamento dos salários dos servidores públicos federais retirou cerca de R\$ 1,45 bilhão da economia brasileira. O prejuízo chega a R\$ 3 bilhões se a conta incluir o funcionalismo distrital.

"O comércio da cidade é totalmente dependente das compras dos cerca de 206 mil servidores. Eles são os maiores consumidores porque sua média salarial, de R\$ 1,5 mil, é o triplo da média do setor privado", diz Koffes.

Para evitar danos maiores, o comércio teve que reduzir sua margem de lucro, repassando ao consumidor final, em média, apenas a metade do aumento dos preços industriais. Koffes acredita que a situação geral deve piorar, já que o governo federal não tem intenção de reajustar os salários a curto prazo. ■

A maior renda per capita do País

por Maurício Corrêa
de Brasília

Cartão postal da arquitetura moderna e do urbanismo, Brasília não é apenas o centro das decisões políticas nacionais, mas também o foco de concentração de uma população de alto poder aquisitivo médio. Numa área de apenas 5,8 mil quilômetros quadrados, vive uma população que tem renda média mensal de R\$ 808,00, segundo dados referentes a 1996.

"Trata-se da renda mais alta do País", explicou Júlio Miragaya, gerente da Base de Dados e Estudos Sócio-Econômicos da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), órgão do Governo do Distrito Federal, comparando os dados das regiões metropolitanas onde são colhidas informações sobre rendimentos mensais do pessoal ocupado.

No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) do DF foi calculado em R\$ 15 bilhões, representando 2% do PIB nacional da ordem de R\$ 752 bilhões. "Se visto exclusivamente sob o prisma brasileiro, o PIB do DF não tem grande significado. Mas, no contexto do Mercosul, o PIB brasileiro supera o de vizinhos como a Bolívia (US\$ 9 bilhões) ou o Paraguai (US\$ 12 bilhões), ficando ainda relativamente próximo do PIB do Uruguai, que é de US\$ 19 bilhões", acrescenta Miragaya. O DF, em termos econômicos, é do mesmo tamanho da Eslovênia (PIB de US\$ 15,2 bilhões), a região mais desenvolvida da antiga Iugoslávia.

As informações da Codeplan mostram que o DF tem uma população majoritariamente urbana (94,7%) e com predominância das mulheres (52%).

(Continua na página 4 do Relatório)

Migração define crescimento populacional

por Maurício Corrêa e Lauro Rutkowski*
de Brasília

A população do Distrito Federal cresceu 2,56% em 1996 por causa de um fenômeno histórico no Planalto Central: a migração. Desde a inauguração da capital, há 37 anos completados no dia 21 de abril, o fluxo migratório foi capaz de colocar por terra os planos dos idealizadores de Brasília, que a imaginavam uma espécie de Washington, a capital norte-americana, com 500 mil habitantes, na virada do século. No ano 2000, Brasília e as cidades-satélites que a circundam deverão ter pelo menos 2,08 milhões de pessoas.

Hoje, a cidade tem uma população calculada em 1,86 milhão de habitantes. As projeções de crescimento demográfico indicam uma taxa de expansão populacional de 2,59% até o ano 2000. No período 2015 a 2020, o crescimento populacional deverá situar-se na taxa de 1,7%, quando, então, o Distrito Federal deverá atingir mais de 3 milhões de residentes.

"Por enquanto, a migração define o crescimento populacional do DF", explica Duval Magalhães Fernandes, coordenador do Núcleo de Estudos Populacionais da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). Entre 1991 e 1996, a população do DF teve um aumento de 216 mil habitantes. Desse total, as migrações respondem por cerca de 100 mil pessoas.

O Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação a ter uma política de planejamento familiar garantida em lei, o que permite o atendimento às pessoas interes-

sadas nos centros de saúde mantidos pelo governo brasileiro. Para o economista Júlio Miragaya, gerente da Base de Dados e Estudos Sócio-Econômicos da Codeplan, embora Brasília ainda exerça forte atração sobre as populações de outros estados, que vislumbram encontrar no DF as condições de um Eldorado, a velocidade do crescimento demográfico vem caindo.

Além da migração, a política de assentamentos do ex-governador Joaquim Roriz (PMDB) também é considerada parcialmente responsável pelo inchaço da capital. Dentro do seu programa de assentamento da população de baixa renda, Roriz distribuiu 120 mil lotes semi-urbanizados.

De acordo com o secretário da Criança e Assistência Social, Osvaldo Russo, a única forma de estancar o fluxo migratório, ou até revertê-lo, é investir nos locais de origem dos migrantes. "As prefeituras, os governos estaduais e a União devem formar consórcios a partir da vocação de cada região e desenvolver as regiões mais pobres", diz Russo. "Sem essa ação integrada, essas pessoas continuarão se transferindo para centros maiores para ficar desempregadas, já que os empregadores cada vez

(Continua na página 3 do Relatório)

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Perfil do migrante

80% são nordestinos (44% da Bahia)
85% decidiram deixar suas cidades de origem em busca de alimento
87% chegam ao Distrito Federal a pé ou de carona
43% já estiveram antes na capital para trabalhar ou mendigar
90% não chegaram à 4ª série do 1º grau

Fonte: Secretaria da Criança e Assistência Social